

# JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS (1858-1941)

## PEREGRINO DO SABER

Ciclo de conferências realizadas na Assembleia da República,  
entre janeiro e março de 2014, no âmbito das comemorações  
do 120.º aniversário da fundação do Museu Nacional de Arqueologia



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA  
IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2015

# José Leite de Vasconcelos archeólogo

CARLOS FABIÃO\*

Todo o meu empenho consistiu em apurar  
a verdade, no serviço da Sciencia.

Vasconcelos, 1897, p. xxxiii.

## NOTA PRÉVIA

O texto que aqui se apresenta não é propriamente original. Retoma, praticamente na íntegra, aquele que se publicou em *O Arqueólogo Português*, série iv, 26, 2008, p. 97-126 (Fabião, 2008). Resultara de uma palestra proferida no Museu Nacional de Arqueologia, a convite do seu diretor, no âmbito das comemorações do 150.º aniversário do nascimento do fundador da instituição. Agora, de novo em plano comemorativo, dos 120 anos do museu que Vasconcelos fundou, hoje Museu Nacional de Arqueologia, novo honroso convite surgiu para que abordasse o mesmo tema. Como se compreenderá, não seria tarefa fácil, nem desejável, realizar algo diferente. Por duas ordens de razões: porque os públicos a que se destina a presente publicação não serão necessariamente os mesmos que se interessam e leem uma revista científica de Arqueologia; porque não faria sentido buscar outro tipo de abordagem distinto do generalista ensaiado no mencionado texto.

De resto, afigurava-se-me natural conservar o registo de oralidade da palestra proferida na Assembleia da República, tal como já procurara conservar análogo registo no texto anteriormente publicado. Aligeirou-se o aparato crítico e pretendeu-se conservar, sobretudo, a voz de Vasconcelos, nas diversas citações apresentadas, diretamente saídas da vastíssima obra leiteana.

---

\* Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Uniarq. cfabiao@campus.ul.pt.

Como então escrevi, José Leite de Vasconcelos foi o mais relevante cientista social português. Contudo, cumpre o ingrato destino de ser, simultaneamente, referência incontornável, autor sempre nomeado, mas efetivamente pouco lido e estudado, na complexa multiplicidade da sua obra — provavelmente, é mesmo essa complexidade que inibe a análise —, ao mesmo tempo «arrumado» no capítulo das referências históricas, não faltando as observações que criticam a sua obra, por ter sido o que foi. Em âmbito comemorativo, Vasconcelos continua a sofrer o efeito de ser encomiasticamente evocado, mas uma vez mais pouco lido e estudado. Sobre o homem e a obra pairam algumas incomodidades e incompreensões que importa analisar e esclarecer.

Ao conservar a grafia archeólogo no título deste texto, como já o tinha feito na publicação de 2008, pretendo, por um lado, evocar/homenagear as opções ortográficas do Mestre, distintas de outras, alternativas, que já se desenhavam em finais de Oitocentos, mas também sublinhar o devido contexto em que a obra de José Leite de Vasconcelos deve ser lida e analisada, para que se não espere dela aquilo que não podia ou não queria ser.

## 1. O HOMEM: BREVES TÓPICOS BIOGRÁFICOS

Durante o tempo que vivi em Mondim impressionaram-me sempre, e logo desde que pude aplicar o pensamento a cousas históricas, as antigualhas que eu observava em várias povoações do concelho [...]. Por outro lado falava igualmente ao meu espírito, pela estranheza que causava, em meio da civilização circundante, o viver serrano de Almofala, Bostelo, Vila Chã de Monte, Vilarinho [...] e como parte integrante d'ele, o uso de capucha, as casas cobertas de colmo, as canastras dos cereais, e aquele bento ou mèzinheiro que andava, de calção, pelas aldeias, montado numa burrinha, fazendo curas sobrenaturais [...]. Embalado neste ambiente arqueológico e etnográfico, lembrei-me, muito novo, de arquivar ao acaso da memória, ou em caderninhos, sem bem saber para quê, notícias do que mais atraía a minha atenção.

Vasconcelos, 1933a, p. XIII-XIV.

José Leite de Vasconcelos nasceu em 1858, em Ucanha, no hoje extinto concelho de Mondim da Beira. Este berço em aldeia rural do interior constitui um dado essencial para a compreensão do seu percurso intelectual. Realizou os seus estudos superiores no Porto, onde se diplomou em Medicina, no ano de 1886. Terá sido o vivo contraste observado entre a sua aldeia do interior beirão e o cosmopolitismo e urbanidade portuense que o alertou para a urgência de um registo de tradições populares, observadas com curiosidade na sua infância e juventude, que sentia estarem em processo de rápido desaparecimento, literalmente em vias de extinção, pela crescente divulgação de uma cultura literária, técnica e artística de matriz europeia.

A imersão numa escola que constituiu um dos baluartes da difusão do positivismo de matriz anglo-saxónica em Portugal teve várias consequências, com distintos reflexos na sua obra. Por um lado, ali se tornou agnóstico o jovem aldeão católico e assim nasceu o seu interesse pelos temas da religiosidade, entendida como fenómeno sociológico: «Para mim as religiões não passam de phenomenos sociológicos: e como taes as trato.» (Vasconcelos, 1897, p. xxxiii.) Por outro, terá ganho ali a sólida formação científica que para sempre moldou a sua obra, embora nos tenha deixado apontamentos onde se apresenta como aluno distraído do discurso dos mestres, porque desde logo atraído por outros temas que não os das ciências médicas: «enquanto o Professor explicava às paredes, os meus condiscípulos copiavam adivinhas» (carta a Martins Sarmiento, sem data, mas presumivelmente de 1880, onde relata a sua extensa recolha de adivinhas populares). Finalmente, suscitou-lhe o dilema fulcral da sua geração: a consciência de que seria necessário preservar e valorizar a cultura popular, entendida como «alma do povo», raiz da Nação, sólido elemento identitário, em clara continuidade com o programa cultural romântico, e a percepção de que esses atavismos constituíam um poderoso travão ao almejado progresso material, desejado e desejável. Imbuído de uma sólida cultura positivista, Vasconcelos pensava, como os autores do seu tempo, que as gentes rurais do interior do País formavam uma espécie de «sociedade fria», vivendo um tempo sem tempo ou fora do tempo, que mergulhava as suas raízes na remota Antiguidade — por isso lhe pareceu mais tarde óbvia a via arqueológica para um melhor conhecimento e enquadramento dessas gentes e suas tradições.

Em 1887, assumiu o cargo de conservador e professor de Numismática da Biblioteca de Lisboa, depois de uma brevíssima passagem pelo exercício da medicina no Cadaval. Este apontamento biográfico é também relevante, uma vez que lhe garantiu um emprego público na capital, isto é, junto do poder, mas também porque determinou o definitivo abandono de uma carreira médica pela qual nunca pareceu sentir grande inclinação e cujo exercício o exasperava: «A reforma da Biblioteca é que ainda não apareceu. Eu é que já enfastiadíssimo

d'aqui, pedi a minha demissão vocalmente [...] para me retirar para Lisboa, ao destino. [...] Estou morto por me ver d'aqui para fora.» (Carta a Martins Sarmento enviada do Cadaval em 27 de dezembro de 1887.)

Foi na Biblioteca, lecionando Numismática na escola de bibliotecários e arquivistas, que lhe surgiu o projeto da constituição de uma coleção de apontamentos sobre as religiões primitivas de Portugal. Esse projeto conduziria à recuperação das numerosas epígrafes e ex-votos do santuário de Endovélico, em São Miguel da Mota, Alandroal, em 1890. A relevância e extensão da coleção assim obtida, associada a uma feliz conjugação de fatores, levaram, em 1893, à fundação do Museu Ethnographico Portuguez, depois, Museu Ethnologico, hoje Museu Nacional de Arqueologia. Creio que o simples facto de se assumir como etnográfico/etnológico esclarece cabalmente o propósito do museu e do programa do seu fundador, para além do mais, explicitamente enunciado no decreto da sua constituição como haverá oportunidade de comentar.

A partir da intervenção em São Miguel da Mota, inicia-se a etapa do Leite de Vasconcelos arqueólogo, com inúmeras intervenções de campo, depois incrementadas com o fito de alimentar o acervo da instituição criada: «Tendo eu começado, desde muito novo, a investigar, a par da Glottologia, a Ethnographia moderna de Portugal [...] fui levado pela successiva complexidade do trabalho, a occupar-me das cousas antigas, quando ellas servião, no circulo dos meus estudos, para aclarar os factos da actualidade, o que pude começar a realizar com algum proveito depois que entrei para a Bibliotheca Nacional de Lisboa [...] e a direcção do Museu Ethnologico Português.» (Vasconcelos, 1897, p. xxvii.) Sublinhe-se, porém, que a atividade arqueológica conviveu sempre com as outras, de etnógrafo e filólogo, as mais assinaláveis da sua obra e, pode dizer-se, as efetivamente dominantes — como o autor expressamente sempre referiu.

Após uma fase inicial de grande dinamismo, foi relegando cada vez mais as intervenções arqueológicas para os seus diferentes colaboradores e, a partir de 1920, a sua atenção encontra-se totalmente centrada na composição daquela que assumiu como a sua grande obra: *Etnografia Portuguesa*: «Aspiração de grande parte da minha vida foi o tirar a lume um tratado geral de Etnografia Portuguesa, sequer com o sub-titulo de 'tentame'.» (Vasconcelos, 1933b, p. ix.) Não se pense, porém, que este afastamento da atividade arqueológica significou uma real desconsideração pelos progressos da disciplina. Manteve-se sempre informado e profundo conhecedor dos progressos da informação e das novas tendências da pesquisa, como se vê nos últimos escritos publicados ou que deixou preparados para publicação. De algum modo, esbateu-se o arqueólogo Leite de Vasconcelos, com o início da escrita da *Etnografia Portuguesa*, mas não desapareceu o seu interesse pela Arqueologia, pelas mesmas razões que a suscitaram, ou seja, «quando servia, no circulo dos seus estudos, para aclarar

os factos da actualidade». É importante sublinhar que, na última etapa da sua vida de investigador, a informação arqueológica já não era tão relevante, por duas razões. Por um lado, em plano conceptual, pela distinção que estabelecia entre *etnogenia* e *etnografia* (Vasconcelos, 1933, p. 12 e segs.; 1943, p. 196), ao optar pela Etnografia, desenhava um rumo e excluía outros. Mas também pela convicção que foi adquirindo ao longo do seu percurso científico de não ser de todo evidente a pertinência de fazer remontar ao passado longínquo a origem dos portugueses. Este é um dos traços essenciais na obra de Vasconcelos, a grande honestidade intelectual, que o levou a rever perspectivas e pontos de vista, sempre segundo o lema de procurar «apurar a verdade, no serviço da Sciencia».

A busca da «verdade» e a inabalável fé nas virtualidades da «Sciencia» constituem a base do programa positivista de Vasconcelos e constituem também os principais fatores que fazem dele um etnógrafo, ou seja, um recoletor sistemático de dados empíricos, criticamente estabelecidos, mesmo que sob a forma de um «tentame», entendidos como primeiro e indispensável passo para que se pudesse, mais tarde, ensaiar a síntese, ou seja, procurar a Etnologia — a este propósito, veja-se o primeiro volume de *Etnografia Portuguesa* (Vasconcelos, 1933b).

Em 1911, Leite de Vasconcelos tornou-se professor da Faculdade de Letras, na refundada Universidade de Lisboa, onde lecionou diferentes disciplinas. No âmbito da secção de Filologia Clássica, Língua e Literatura Latina, depois, na secção de Filologia Românica, Filologia Portuguesa, Língua e Literatura Francesa, Gramática Comparativa das Línguas Românicas, ocupando-se ainda das chamadas disciplinas auxiliares da secção de Ciências Históricas, Arqueologia, Epigrafia e Numismática. Importa salientar esta extraordinária dispersão de matérias, para sublinhar a sua vastíssima erudição, mas também para melhor explicar o papel secundário que tinha a sua prestação docente na área da Arqueologia (v. *Livro do Centenário*, 1960, p. 5). Lecionou até 1929, data da sua aposentação, nesse mesmo ano abandonou as funções de diretor do museu, ainda que de modo algum tenha abrandado a sua atividade intelectual.

De J. Leite de Vasconcelos costuma dizer-se que foi etnógrafo, linguista, arqueólogo, geógrafo e historiador. Embora a observação se possa considerar basicamente correta à luz da moderna partição dos campos do saber, constitui manifesta incompreensão da essência do seu labor, que era, na realidade, perfeitamente unitário e bem definido. Tinha um só objeto de estudo: o povo português, entendido na perspectiva da sua época, como um agregado humano que partilha um mesmo espaço, uma história comum e uma mesma língua; e um programa de estudo que valorizava a remotíssima antiguidade da nação portuguesa. É justamente por isso que, no contexto da sua obra, *Religiões da Lusitânia* se deve entender como uma espécie de prólogo ao grande trabalho de fundo, *Etnografia Portuguesa*, ou, melhor dizendo, a segunda assume con-

tornos de continuação da primeira, como sublinharam os diversos autores que participaram no *Livro do Centenário*, publicado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 1960, ou, nas palavras de Vasconcelos: «Aquilo, que a respeito de certo período é etnográfico, torna-se em parte arqueológico, tratando-se de um período posterior. Por isso a Etnografia, aplicada ao passado, fica sendo nesse caso Arqueologia.» (Vasconcelos, 1933b, p. 12.)

Enquanto autor maior das ciências sociais em Portugal, a sua personalidade e obra acabaram por ser vítimas de várias incompreensões. Em primeiro lugar, a sua abordagem escrupulosamente positivista foi aberta ou indiretamente criticada e rejeitada, no âmbito dos debates epistemológicos dos meados do século xx. Por outro, a crescente especialização dos meios científicos, com o surgimento e afirmação de distintas áreas do saber, entendidas como territórios específicos e bem delimitados, ainda que convivendo com os reiterados discursos de apelo à interdisciplinaridade, entendida sempre como diálogo/colaboração entre distintas especialidades e não como ensaio de síntese de teor eminentemente pessoal, tornaram a sua obra num «objecto estranho», revisitada parcelarmente, ao sabor dos interesses específicos de cada especialista, raras vezes analisada na sua extensa globalidade.

A abordagem de claro pendor nacionalista que Vasconcelos ensaiou, sempre preocupado com a «decadência da Nação», pretendia contribuir no fundo para uma redenção, pelo estudo e pelo saber, tidos como os eixos fundamentais do progresso, era, no essencial, um programa herdado da chamada «geração de 70» e, diga-se, tinha muito de retórico — João Leal sublinhou bem a profunda ligação entre o discurso decadentista das conferências do Casino Lisbonense, de 1871, e a emergência da Antropologia portuguesa (Leal, 2000, p. 29 e segs.) — os textos fundamentais das conferências foram recentemente compilados num só volume, que permite entender de que modo se conjugava o «diagnóstico» da decadência, suas causas e contornos, com a redenção pela cultura (Quental; Soromenho; Queiroz; Coelho, 2005). As inflexões otimistas da sua perspetiva, notadas sobretudo nos últimos anos de vida, acabaram confundidas com o discurso nacionalista do Estado Novo: «Ninguém morre de fome, todos têm sua sopa. O povo, agora, não pode queixar-se muito», registou M. Viegas Guerreiro (apud *Livro do Centenário*, 1960, p. 127). Mais do que uma declaração de adesão política, este otimismo dos últimos anos de vida deve ser entendido como o reconhecimento objetivo de um trajeto de progresso material, desde o último quartel do século xix. Neste particular, era o positivista a falar, não o adepto deste ou daquele regime.

O facto de Leite de Vasconcelos ter convivido mal com a I República, recorde-se o inquérito parlamentar ao «seu» museu, instaurado em 1911 (Vasconcelos, 1915), e de nunca se ter demarcado ou manifestado oposição à



ditadura militar ou ao Estado Novo, como o fizeram alguns dos seus discípulos, designadamente Rodrigues Lapa, mais acentuou essa identificação entre o seu programa e a agenda política do novo regime, granjeando-lhe a antipatia da intelectualidade democrática. A apropriação da dimensão etnográfica, pela celebração da cultura popular, empreendida pelo Secretariado de Propaganda Nacional/Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (Ó, 1999; Leal, 2000; Melo, 2001), configura uma efetiva apropriação do legado de Vasconcelos, sublinhando uma afinidade que terá sido mais funcional do que realmente ideológica, mas, no fundo, pela omissão de qualquer atitude contrária ao regime do Estado Novo e pelos usos que este fez da dimensão etnográfica, facilmente se instala a ideia de um Vasconcelos inspirador da «Política de Espírito» que, no meu entender, não é exata.

Em suma, o facto de José Leite de Vasconcelos ter vivido aquilo a que já se chamou «o século dos intelectuais», caracterizado por uma intensa intervenção política e cívica ou pela figura do «intelectual empenhado» (Winock, 1997), mantendo-se distante de envolvimento políticos, contribuiu fortemente para um relativo menosprezo e esquecimento da sua obra. Assim se compreende que boa parte dela não tenha conhecido a merecida atenção ou a simples reedição.

## 2. O CONTEXTO: A ARQUEOLOGIA PORTUGUESA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A archeologia prehistorica [...] é uma das  
aquisições scientificas mais notaveis  
e brilhantes do século xix [...]

Com relação a Portugal, a historia d'esta sciencia  
divide-se em duas epochas: uma, até á inauguração  
dos estudos geológicos, especialmente até á data  
da nomeação da Commissão Geológica  
do reino (1857); outra, desta data para cá.

Vasconcelos, 1897, p. 3-4.

Para se entender de onde veio o interesse de Leite de Vasconcelos pelos estudos arqueológicos, afigura-se pertinente observar como nasceu e se afirmou entre nós a disciplina, obviamente sem remontar a remotas origens de eruditos humanistas.



Na história da arqueologia portuguesa podemos rastrear várias iniciativas que se desenvolvem durante o terceiro quartel do século XIX, em clara demonstração de que a sociedade portuguesa acompanhava as tendências que se desenhavam um pouco por toda a Europa. Por um lado, a iniciativa de realizar escavações em sítios arqueológicos ou de recuperação de monumentos antigos, de que constituem casos emblemáticos a Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857), nascida com o explícito propósito de realizar escavações no sítio de Troia, no estuário do Sado, desaterrando (mais do que escavando) as suas ruínas e constituindo um museu com os espólios exumados, na cidade de Setúbal, criando deste modo uma espécie de «Pompeia portuguesa» ou a recuperação das ruínas do templo romano de Évora (1845-1870/1871). No primeiro caso, tratou-se de uma iniciativa de um grupo de indivíduos, no segundo, inicialmente também uma iniciativa individual, concretizada, depois, pelo poder local. Em ambos casos, é possível vislumbrar a expressão de uma nova atitude de recuperação do passado para o integrar no seio de uma nova sociedade liberal burguesa. Não estamos já perante práticas colecionistas de cariz aristocrático, para fruição própria, mas antes de uma tentativa de colocar estas iniciativas ao serviço da comunidade, para instrução do povo. Aqui se observa também como, praticamente em simultâneo, aquilo a que hoje chamamos a «sociedade civil» e os poderes públicos se empenham nestas tarefas. De algum modo, estas ações acabaram por ser continuadas pela Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portugueses, que teve no arquiteto da Casa Real portuguesa Possidónio da Silva o seu promotor. Embora se tratasse de uma associação de cariz privado, a posição ocupada pelo seu mentor e a proteção régia que recebeu transformou a associação numa organização híbrida, onde se cruza a «sociedade civil» e a tutela estatal, como hoje diríamos, sendo o tema do património histórico (que não exclusivamente o arqueológico) a sua principal área de ação. A incumbência de realizar a lista dos monumentos históricos portugueses, expressamente encomendada em 1880, consagra justamente essa fusão entre privado e público ou de incumbência a uma entidade privada de uma ação de eminente interesse público.

Encontram-se num patamar mais sofisticado as iniciativas de outras individualidades e instituições que de um modo muito mais notório marcam o nascimento de uma arqueologia de claro teor científico no nosso país. Refiro-me em concreto à ação da Comissão Geológica do Reino, devidamente sublinhada por Leite de Vasconcelos no texto que serve de epígrafe a este capítulo, ou ao projeto da «Carta Archeologica do Algarve», do lado das iniciativas públicas, e à ação de Francisco Martins Sarmento, no domínio da iniciativa privada. Os trabalhos da Comissão Geológica estão emblematicamente associados às principais personalidades que compõem a sua direção, primeiro, Carlos Ribeiro

e Pereira da Costa, depois, J. F. Nery Delgado e Paula e Oliveira, enquanto a «Carta Archeologica do Algarve» teve em Sebastião Phillippes Estácio da Veiga o seu agente e, oficialmente, único responsável, embora saibamos dos importantes apoios recebidos, de curiosos e aficionados, empenhados no estudo das antiguidades locais.

Estas duas ações institucionais públicas representam outras tantas tendências da investigação. A comissão desenvolvendo um labor associado ao que chamaríamos uma abordagem de pendor naturalista onde um dos principais propósitos consistiria na identificação dos «mais remotos vestígios da presença humana» no território português, quer pelos traços materiais de atividades antrópicas (artefactos) quer pelos restos antropológicos. Por esta razão, os seus membros ocuparam-se preferencialmente dos vestígios pré-históricos, em múltiplas perspetivas, onde se cruzavam os estudos antropológicos com os zooarqueológicos e os mais estritamente ligados à análise da cultura material, sendo muito justamente considerados os fundadores dos estudos pré-históricos em Portugal. Pode dizer-se que o seu principal propósito se relacionava com o candente tema da evolução humana dos seus mais remotos vestígios. Por essa razão, Carlos Ribeiro privilegiou o tema da antiguidade do homem, com a conhecida proposta de identificação de um «homem terciário», deduzida a partir da análise dos sílices da Ota — recorde-se que foi a necessidade de debater de um modo mais sustentado e informado esta questão que se reuniu em Lisboa a IX Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, em 1880. O estudo das cavernas seguia igual perspetiva, já que se considerava serem estes espaços o cenário privilegiado para a identificação dos mais remotos vestígios da presença humana.

Já o projeto da «Carta Archeologica do Algarve» apresenta características de profunda originalidade, por serem bastante raras então as iniciativas análogas em outros países europeus, muito menos, por iniciativa estatal. Estácio da Veiga, o seu autor, empenhou-se em identificar e cartografar os vestígios materiais do passado, de todas as épocas, numa região concreta: o Algarve. Não buscava os mais antigos vestígios da presença humana, até por lhe ter sido expressamente interdita a escavação em cavernas — facto que o autor não deixou de deplorar na introdução do primeiro volume de *Antiguidades Monumentaes do Algarve* (Veiga, 1886, p. 33-85), mas antes a identificação dos locais onde se conservavam testemunhos da presença humana, desde a Pré-História até à época Medieval — daí a elaboração de duas «cartas archeologicas», a relativa aos «tempos prehistoricos» e a dos «períodos históricos». Não era também um objetivo do seu estudo a busca de uma qualquer identidade nacional fundada em remotas eras, embora não deixasse de crismar o seu estudo como «Paleoethnologia», mas antes aquilo que hoje poderíamos definir como o estudo da diacronia de

ocupação de um vasto espaço natural e das diferentes estratégias desenvolvidas para a instalação e exploração de recursos pelas sociedades humanas que o ocuparam. São justamente estes os principais emblemas de modernidade no labor de Veiga: a perspetiva ampla, sem privilegiar nenhum período cronológico em concreto, e uma aparente neutralidade face às agendas nacionalistas então em voga, sobretudo nos estudos que versavam a proto-história. O interesse pelos mais antigos vestígios da presença humana, que também por certo teria, ficou relegado para um segundo plano, pela inibição de estudar as cavernas.

Com as limitações e fragilidades próprias da sua época, pode dizer-se que o labor dos membros da Comissão Geológica ou de Estácio da Veiga constituem o que mais se aproxima da arqueologia contemporânea. Os primeiros, com uma abordagem multidisciplinar que tem por objeto a humanidade (em sentido lato) e os seus mais remotos vestígios, o segundo, com um claro propósito de entender a dinâmica da ocupação humana em um espaço determinado. Por estas razões, uns e o outro constituem referências consensuais da história da arqueologia portuguesa.

Em paralelo com estas correntes, um autor, a título individual, Francisco Martins Sarmento, desenvolveu um projeto pessoal de características peculiares, que muito fortemente marcou as gerações mais jovens dos finais de Oitocentos. Contrariamente às pesquisas de teor «neutro» dos naturalistas ou de Estácio da Veiga, Sarmento definiu como objeto de estudo os Lusitanos, considerados como antepassados remotos dos modernos portugueses — como já foi escrito, com acertada felicidade, Sarmento procedeu à exumação dos lusitanos como antepassados étnicos dos portugueses (Leal, 2000, p. 65).

O propósito do vimaranense não era estudar antigos vestígios da presença humana ou realidades arqueológicas de uma dada região, mas antes ensaiar uma caracterização das raízes da Nação, convocando para esse efeito os dados da literatura clássica, as epígrafes e os vestígios arqueológicos, com particular atenção aos monumentos megalíticos e aos povoados fortificados, os castros, sendo a Citânia de Briteiros e o Castro de Sabroso os locais onde centrou a sua atenção. Por então se desconhecer de todo o mundo funerário pré-romano, presumia Sarmento que os dólmenes eram os sepulcros dos habitantes dos castros. O seu programa de estudo tinha por finalidade a demonstração do «erro» da tese de Alexandre Herculano sobre as origens medievais de Portugal, contrapondo-lhe a remota linhagem lusitana. O facto de se ter centrado sobretudo no vale do Ave era irrelevante, para Sarmento, uma vez que supunha tratar-se de um mero exemplo (*case study*, como hoje lhe chamaríamos) de uma realidade mais vasta que se estenderia pela Galiza e Portugal. A sua participação na expedição científica à serra da Estrela, promovida pela Sociedade de Geographia de Lisboa, em 1881, onde registou a presença de mais

antas e castros (para além de sepulturas escavadas na rocha), só contribuiu para consolidar a sua convicção de que existia uma remota unidade nacional. Quando mais tarde foi desafiado a ocupar-se do estudo de outros castros em diferentes regiões do País, declinou o convite, alegando que lhe bastava já o que conhecia nas vizinhanças de Guimarães.

Os estudos de Martins Sarmiento exerceram uma particular influência numa geração mais jovem de estudiosos do norte de Portugal entre os quais se encontram os membros do grupo que constituiu a Sociedade Carlos Ribeiro (1887-1898) e manteve a *Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes*, de 1890 a 1898, onde publicaram praticamente todos os grandes intelectuais do positivismo português (entre os quais, assinale-se, o próprio Leite de Vasconcelos). Este grupo, dominado por Rocha Peixoto e Ricardo Severo, elegeu o nome do primeiro diretor da Comissão Geológica como referência e expressa homenagem, mas recebeu sobretudo a influência das teses de Sarmiento. O seu programa atinge a maturidade com a publicação da revista *Portvgalia, Materiaes para o Estudo do Povo Português* (1899-1908), título que diz muito sobre os seus propósitos.

Foi também pelo convívio com Martins Sarmiento que nasceu o interesse de Leite de Vasconcelos pelos estudos arqueológicos.

### 3. POR INFLUÊNCIA DE MARTINS SARMENTO: O NASCIMENTO DO ARCHEÓLOGO JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

Eis o resultado das minhas investigações  
arqueológicas, que eu tenho feito com o fim  
de não deixar perder, e não porque eu me dedique  
a isto, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe.

Vasconcelos, 8/X/1883, carta a Martins Sarmiento.

A influência de Francisco Martins Sarmiento foi determinante na formação intelectual de José Leite de Vasconcelos. Entre outros aspetos, foi o exemplo e a instigação do vimaranense que fizeram nascer o interesse pelos vestígios arqueológicos e que, mais tarde, determinaram a orientação de Vasconcelos para estes estudos. A este respeito, a correspondência que trocaram constitui a melhor fonte para a compreensão da génese e desenvolvimento deste processo.

Em carta a Martins Sarmiento, o então jovem estudante de Medicina José Leite de Vasconcelos deu conta dos projetos culturais que acalentava, nos escassos tempos livres de que dispunha. Em 1882, relata o seu primeiro grande pro-

jeto científico: *Tradições Populares de Portugal*. Enquanto o mesmo não ganhava corpo, manifestou igualmente a intenção de criar uma *Revista Lusitana* dedicada ao: «estudo das mitologias, tradições populares, e línguas de Portugal e da Galiza desde as eras mais remotas até hoje». Como é sabido, esta só saiu dos prelos cinco anos mais tarde, contudo, era já significativa esta ideia de tratar o tema não só na perspetiva imediata, estritamente etnográfica, mas olhada em plano de longa duração, «desde as eras mais remotas». É claro que, nesta fase, a perspetiva de Vasconcelos era ainda marcada por uma evidente candura, como também percebemos na correspondência com Sarmento: «Estou entusiasmado com este estudo [sobre advinhas populares], porque no n.º que cá tenho da *Revue Celtique* há muitas idênticas às nossas [...] É um arrojo, mas tenho um palpite que adivinhas, ornatos dos jugos [de bois], cidades velhas [castros] provém tudo lá da Ásia (Árias).» (Carta de 1880, sem data.)

Ainda na correspondência, encontramos os primeiros afloramentos das observações arqueológicas de Vasconcelos, aparentemente, mais com a intenção de satisfazer a curiosidade do seu correspondente do que propriamente por se interessar pelo tema. Assim, em carta datada de 8 de outubro de 1883, apresenta os resultados de algumas breves observações de terreno, para logo afirmar explicitamente que se não ocupa de Arqueologia: «Aqui perto há uma *Cêrca dos Mouros* (castro) murada; fui lá mas só achei fragmentos de vasos com uma singela ornamentação linear; as muralhas estão em ruínas e são muito largas; algumas pedras são muito polidas; também lá vi uma pedra com um buraco; parece cunhal de porta [...] Perto, num cemitério, achei muitos tijolos romanos (quadrados e os tais com beira) [...] Têm aparecido muitas moedas romanas [...] Eis o resultado das minhas investigações arqueológicas, que eu tenho feito com o fim de não deixar perder, e não porque eu me dedique a isto, como V. Ex.<sup>a</sup> sabe.»

Não deixa de surpreender este escrito, onde aquele que é considerado uma referência da arqueologia portuguesa explicitamente afirma que se não dedica a tais assuntos. É certo que o primeiro título que publicou, ainda como estudante da escola médica, de temática, digamos, arqueológica, *Portugal Pré-Histórico*, remonta a 1885, mas não se percebe o que teria levado a tal iniciativa. Em carta enviada ao seu mestre e amigo nesse mesmo ano pedia que o lesse e anotasse «com franqueza ao lado aquilo que não achar bem, rematando com a sua habitual honestidade: Eu esforcei-me por ser exacto; em todo o caso não há ninguém que não erre, principalmente em assunto em que se não é especialista». Naturalmente, estas linhas podem perfeitamente ser entendidas como mera expressão retórica de humildade. Contudo, no contexto geral da correspondência entre os dois, parece-me legítimo entendê-las em sentido literal. O jovem Vasconcelos tinha real consciência das suas limitações e desejava

sinceramente conhecer a opinião de Sarmento, que tinha por devidamente abalizada. Uma vez mais, assume-se claramente como um não especialista.

Mas, se não se sentia especialista, nem tinha especial interesse pela arqueologia, o que levou o futuro fundador do Museu Ethnographico a inclinar-se para o estudo do passado? Uma vez mais, a correspondência com Sarmento esclarece as razões da mudança, os motivos pelos quais passou a interessar-se.

A assunção do cargo na biblioteca marca a definitiva rutura com a medicina, mas não um afastamento dos seus grandes projetos, como explica ao seu amigo vimaranense, em carta de janeiro de 1889: «Eu não me distraio completamente da linguística, conquanto a regência da cadeira [de Numismática] me tire algum tempo; todavia V. Ex.<sup>a</sup> sabe que eu não me dedico à filologia só por amor da arte, mas porque com ela quero principalmente contribuir para a resolução do nosso problema étnico; é por isso também que me consagro, tanto quanto posso, à etnologia: ora o estudo das moedas antigas em geral e em especial o das chamadas celtibéricas deve fornecer-me muitos dados, — e só com essa mira e com o fim de estudar principalmente as nossas coisas, eu aceitei o cargo para que fui nomeado [na Biblioteca]. De mais a mais eu deixei a clínica. Já vê pois que pouco ou nada saí do meu terreno, — a filologia e a etnologia, ainda que nestes dois campos eu só exploro algumas partes.» O objeto de estudo continuava o mesmo, os domínios científicos também, ainda que fosse ganhando corpo a utilidade de alongar o olhar em direção do passado.

O tema que de um modo mais imediato suscitou o interesse de Leite de Vasconcelos foi o da religiosidade antiga, o que facilmente se percebe, tendo em conta o já mencionado programa de estudo das «tradições populares». O vivo debate que sobre aquele tema percorria os meios eruditos de então, na realidade, era somente um aspeto de um outro mais amplo e profundo: o que opunha a tese da celticidade dos lusitanos, defendida por Adolfo Coelho, entre outros autores, à da crença em uma mais remota estirpe (pré-céltica) desses mesmos lusitanos, vivamente abraçada por Martins Sarmento. Vasconcelos seguia com interesse a polémica, tendo inclusivamente recebido nas páginas do primeiro número da sua *Revista Lusitana* um artigo de Coelho que frontalmente rejeitava as propostas do vimaranense. A curiosidade leiteana é compreensível, uma vez que se tratava da etnogénese portuguesa, o seu tema de eleição. Recorde-se que Vasconcelos partilhava com o seu mestre Sarmento a ideia de que a resposta a tais questões se encontraria nas remotas raízes do povo português, em clara rejeição da proposta de Alexandre Herculano, que situava na época Medieval o nascimento da nação portuguesa. A rejeição da tese de Herculano é justamente uma das ideias fortes do opúsculo sobre o *Portugal Pré-Histórico*. É pois com curiosidade retrospectiva, isto é, partindo do presente para o passado, que Vasconcelos se acerca de temas hoje considerados arqueológicos.



Abandonada a medicina e iniciada a nova carreira de professor na Escola da Biblioteca de Lisboa, Vasconcelos escreveu em 1888 a Martins Sarmento dando-lhe conta de que tinha em organização «um pantheão lusitano, a título de comentário para a minha aula de Numismática. Já tenho cá alguns objectos e desenhos de outros [...]». O objetivo dessa coleção era didático, uma abordagem que na realidade acompanhou toda a obra leiteana. O propósito para a sua estreia arqueológica acabaria por ser o santuário da divindade indígena Endovéllico, situado em São Miguel da Mota, Alandroal, que deve entender-se no contexto deste processo de constituição do «pantheão lusitano».

#### 4. O ARCHEÓLOGO JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

[...] tenho certo interesse em me ocupar  
de Endovellico de modo especial, pois que  
a exploração das ruínas do santuário foi a minha  
estreia archeologica, e logo com  
auspiciosa felicidade.

Vasconcelos, 1905, p. 112.

Desde o século xvi que havia notícias sobre «ídolos» e inscrições dedicadas a Endovéllico em um remoto serro das proximidades da vila alentejana de Alandroal. O segundo duque de Bragança, D. Teodósio, recolhera já algumas inscrições, que transportara para Vila Viçosa, para o convento de S. Agostinho, onde planeava criar um grande centro de estudos. De tais factos deu notícia André de Resende. Frei Bernardo de Brito, na sua *Monarchia Lusitana*, fez eco de tradições que atribuíam a fundação do templo a um capitão cartaginês. Tratava-se, pois, de um tema relativamente presente na informação que circulava nos meios eruditos e que conheceu renovado interesse pela publicação de um artigo, pelo padre J. Rocha Espanca, na revista da *Sociedade de Geographia de Lisboa*, em 1882. Este texto terá estado na origem da curiosidade manifestada por Gabriel Pereira, companheiro de trabalho de Vasconcelos na biblioteca. O erudito alentejano visitou o local e publicou um texto sobre o mesmo no ano de 1889. Aí dava conta de existir no serro de São Miguel da Mota uma ermida em avançado estado de ruína, sem qualquer interesse patrimonial para os cânones da época, onde os degradados rebocos deixavam ver que nas suas paredes se conservava grande quantidade de estátuas e inscrições. No seu estudo, Pereira incluiu um esboço da planta do edifício. Não custa imaginar



como este assunto vivamente interessou quem se ocupava então da constituição de um «panthão lusitano».

Assim, em 1890, Vasconcelos obteve autorização do governo para proceder à demolição das ruínas da velha ermida, com o intuito de recuperar do local quantos elementos escultóricos e inscrições pudesse encontrar, para trazer para o seu «museu» da biblioteca. Na Páscoa desse mesmo ano, com o auxílio de um pedreiro, dedicou-se durante duas semanas à criteriosa demolição da ermida, recolhendo um enorme acervo de materiais, enchendo dezassete caixotes, com cerca de duzentos registos individuais de inscrições (inteiras ou fragmentadas) e elementos escultóricos. A intervenção em São Miguel da Mota, que seria mais tarde recordada por Vasconcelos como a sua auspiciosa estreia arqueológica, desencadeou um processo de contornos complexos. Por um lado, terá impressionado (e entusiasmado) fortemente o professor da aula de numismática, mas criara um problema sério de armazenagem dos materiais, por outro, terá suscitado um novo interesse pelo estudo do passado, acompanhado de uma tomada de consciência das suas próprias limitações nestes domínios.

Uma vez mais, a correspondência é reveladora. Em 1890 as cartas a Martins Sarmento são breves, pequenas notas onde se multiplicam os apelos a esclarecimentos sobre os materiais encontrados. Em 3 de junho seguem vários desenhos (elementos escultóricos e a escultura zoomórfica do porco) com a inquirição sobre se algo do género teria aparecido na Citânia [de Briteiros], acompanhada de um pedido de envio da *Revista de Guimarães*, onde Sarmento respondeu ao texto de Adolfo Coelho sobre as religiões indígenas da Lusitânia. No mês seguinte, novo pedido de envio da revista e nova carta com mais pedidos de sugestões sobre a escultura zoomórfica e o seu significado. Não deixa de ser notável, porém, que na troca de correspondência não haja qualquer comentário aos trabalhos realizados no santuário de Endovelico. Visivelmente, Vasconcelos sentia a necessidade de empreender o estudo do local e dos seus materiais, mas sentia-se impreparado para a tarefa e sentia também a pressão da responsabilidade, para lá dos apelos de terceiros: «O Hübner pediu-me as inscrições do Endovelico para o *Corpus* que está a acabar (o supl.). Eu prometi enviar-lhas até fins de Julho, mas estou atrapalhado, porque me falta o tempo. Em todo o caso hei-de publicá-las primeiro num jornal de cá, e mandar-lhe a separata.» (Carta de 16 de julho de 1890.) Uma primeira notícia acabou por ser publicada nesse mesmo ano, mas, em abril do ano seguinte, o bibliotecário confidenciava ao seu amigo vimaranense: «Tenho continuado a estudar o meu Endovelico, e alguma luz vou achando. Mas só darei conta no fim de todos os meus estudos, para não andar sempre a corrigir.» (Carta de 9 de abril de 1891.) Nessa mesma missiva deixa um desabafo surpreendente: «O que eu

queria era fazer uma excursão a Panóias, com alguém que soubesse de epigrafia bastante.»

De todos estes apontamentos ressaltam algumas ideias importantes. Por um lado, o tema da religiosidade e do deus Endovélico tornara-se dominante nos seus estudos, por outro, oscila entre uma clara consciência das suas insuficiências e a necessidade imperiosa de as superar, para poder publicar um grande estudo sobre o assunto. Diga-se que o estudo desta divindade indígena atormentou a existência intelectual de Vasconcelos. Por ele regressou várias vezes a São Miguel da Mota, por diversas vezes anunciou um estudo monográfico em preparação (Vasconcelos, 1905, p. 112; 1913, p. 196), mas acabou por desistir de o apresentar. Nas pastas do seu legado, contudo, é possível verificar que o tema continuava na sua mente, sobretudo nos aspetos relacionados com as divindades com poderes curativos ou, à boa maneira positivista, com apontamentos sobre doenças psicossomáticas e curas por sugestão — somente a título de curiosidade, encontram-se arquivados nos sobrescritos com o título «Endovélico» um recorte de jornal sobre as «aparições de Fátima» e as supostas curas milagrosas ali ocorridas. Foi provavelmente destes dilemas e conflitos que, desde logo, nasceu a ideia de produzir um estudo sobre as religiões da Lusitânia.

É de novo na correspondência com Martins Sarmento que encontramos um primeiro eco da iniciativa. Em duas cartas de 1892 fala, primeiro, de um artigo sobre o tema a publicar na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queiroz, L. Magalhães e Rocha Peixoto, em segunda carta, afirma ter desistido da ideia porque o artigo estava muito extenso, tendo decidido apresentar o seu estudo à décima sessão do Congresso de Orientalistas, que se deveria realizar em Lisboa nesse mesmo ano. A ideia era não só a de apresentar o alegado extenso estudo, mas (sobretudo) tirar partido da possibilidade que lhe ofereciam de incluir numerosas estampas, solicitando as imagens para as ditas ao seu amigo vimaranense.

Na mesma missiva apresentou o esboço do trabalho. Dividia-se em três partes: época Pré-Histórica (amuletos e culto dos mortos, principalmente); Proto-História e época Luso-Romana, «com um appendice acerca do que desses tempos ficou no Cristianismo e na tradição popular através de Bárbaros e Árabes». O plano da obra expõe com grande clareza a ideia leiteana: a tradição popular como depósito das remotas reminiscências das religiosidades pagãs. Exprime ainda a evidente dificuldade que sentia a tratar as realidades da Pré-História, que circunscrevia aos amuletos e culto dos mortos. O mundo de Vasconcelos era ainda um mundo de documentos escritos. A Proto-História estava presente através das inscrições às «divindades indígenas» e a época Luso-Romana por todo um conjunto de informações onde se conjugavam dados arqueológicos, epigráficos e documentais. Notável é o conceito de Lusitânia

que apresenta: «Com a palavra Lusitânia denomino todo o território que assim se denominou em diferentes épocas, i.e., o ocidente da Península.» Em suma, no que ao âmbito geográfico concerne, retomava a ideia já expressa antes do lançamento da *Revista Lusitana* de considerar globalmente tradições e línguas de Portugal e da Galiza.

Mas a principal mudança visível na correspondência dos anos que se estendem de 1890 a 1893 é justamente a eclosão do arqueólogo José Leite de Vasconcelos. O tema passa a ser absolutamente dominante nas cartas a Sarmento, desde notícias várias à constante menção a novas aquisições de materiais e, mais importante ainda, a referência a novos trabalhos arqueológicos. Em Mangualde, com Alberto Osório de Castro e verbas da Sociedade Martins Sarmento, em antas do Alentejo, por convite de um seu amigo, delegado de saúde em Ponte de Sor, ou em Conímbriga, com o apoio do visconde de Condeixa («que é amador de arqueologia, e que entusiasmei a fazer explorações em Condeixa-a-Velha»), Vasconcelos multiplicava-se em trabalhos de campo. Paralelamente, coligia informações para a primeira parte do seu estudo sobre as religiões, enviando questionários extensos ao vimaranense — sobre rochas com «covichas», sobre mamoa e monumentos megalíticos. Arqueologia não era já um tema de que se não ocupasse, pelo contrário, tornara-se atividade central e a coleção da biblioteca crescia, quer pelas suas colheitas e aquisições quer por doações: «Obtivemos [...] para a Biblioteca uma boa coleção arqueológica do Júdice do Algarve [...] que a depositou lá.»

Assim, creio que se poderá dizer que, se a intervenção em São Miguel da Mota fez José Leite de Vasconcelos despertar para a Arqueologia, o estudo sobre as *Religiões da Lusitânia* consolidou o arqueólogo, mas também o epigrafista. Há contudo um outro ponto importante no processo de gestação do arqueólogo: a fundação do Museu Ethnographico Portuguez.

#### 4.1. O Museu Ethnographico/Ethnológico

O meu desejo, e não é só meu, era organizar  
um grande Museu nacional de etnografia.

Vasconcelos, carta a Martins Sarmento de 13/VII/1889.

O sonho de criar um museu ethnographico era já antigo em Leite de Vasconcelos e acentuou-se à medida que cresceu o seu interesse pela arqueologia e os materiais coligidos. A correspondência com Sarmento é, uma vez mais, perfeitamente elucidativa. Em carta enviada de Mangualde, onde se encon-

trava a proceder às pesquisas arqueológicas com Osório de Castro, em 1892, resume a sua atividade: «Na minha vinda não perdi o meu tempo. Além da linguagem que colhi, observei quanto isto está repleto de vestígios arcaicos: ele é o penedo cheio de covinhas; ele a bela telha de rebordo que aparece a cada canto; ele o castro alcantilado sobre ribeiro: ele as antas pré-históricas e o machado polido. Cansei as pernas e rompi as solas a andar. *A pena foi não poder levar tudo para um museu.*» (Itálico nosso.)

Este passo é importante para melhor se compreender o que movia Vasconcelos, qual a sua estratégia e como procedia. Em primeiro lugar, lançava-se febrilmente na sua atividade com a obsessão de «não perder tempo» e de «tudo registrar e recolher». Do mesmo modo que sentira estar a perder-se o mundo das tradições populares genuínas, sentia que se estavam a perder muitíssimos vestígios da remota Antiguidade, que era necessário preservar. Na sua perspectiva era verdadeiramente uma luta contra o tempo e contra as adversidades do meio: a referência aos que lhe pedem avultadas verbas pelos materiais arqueológicos, aos proprietários que se recusavam «a deixar dar no terreno deles nem mais uma só cavadela» (carta de 18 de setembro de 1892) e a desconfiança relativamente às autoridades locais: «A minha regra, agora, é deitar logo a mão ao que puder; não confio na vigilância das Juntas de Paróquia.» (Carta escrita na Sexta-Feira Santa de 1892.) Em termos genéricos, continuava a juntar tradições populares e arqueologia, que não julgava dissociáveis, e, em termos funcionais, aproveitava as suas visitas e excursões para se ocupar de ambas. A necessidade de um museu onde se pudesse reunir todo este acervo afigurava-se fundamental e não um museu qualquer, mas um museu central nacional, pela pertinência e nobreza do tema e pela desconfiança que lhe mereciam as autoridades locais.

As diligências que efetuou para começar a reunir uma coleção na biblioteca constituíram o primeiro esforço. A intervenção de São Miguel da Mota e o afã recoletor que se lhe seguiu foram os passos seguintes. Não deixava de crescer o acervo e a biblioteca tornava-se espaço acanhado e pouco adequado, não cumprindo as desejadas funções. A coleção destinava-se ao apoio às suas aulas e não à educação do povo, objetivo mais elevado que acalentava para estes materiais. A empresa acabaria por ser coroada de êxito pelo empenho e colaboração de Bernardino Machado, então ministro das Obras Públicas: «Abraço vivamente a sua ideia», escreveu em postal que dirigiu a Vasconcelos em 5 de abril de 1893 (Vasconcelos, 1915, p. 281-282). Creio que a forte afinidade de ideias e uma cumplicidade ativa entre ambos constituíram os ingredientes fundamentais para a instituição do museu.

O famoso político republicano, então ministro da monarquia constitucional, era lente na Universidade de Coimbra, onde fundara, em 1885, a

primeira disciplina de Antropologia, Paleontologia Humana e Arqueologia Pré-Histórica, tinha, portanto, fortes ligações à investigação nestes domínios, por isso, era o patrocinador ideal do projeto leiteano. Pretendia o museu «representar a parte material da vida do povo português — isto é, tudo o que a esse respeito etnicamente nos caracteriza», distribuída por duas secções: Archaeologica (desde as origens ao século XVIII) e Moderna (Etnografia), ou seja, entendido como o lugar para a exposição das grandes continuidades que geraram o povo português. As razões da criação do museu estão claramente enunciadas no decreto da fundação, de 20 de dezembro de 1893: instruir o povo urbano, desenraizado, desconhecedor das genuínas tradições culturais do País, e apresentar modelos verdadeiramente nacionais aos artistas que, por estarem imbuídos de uma cultura cosmopolita, não conheciam nem valorizavam os elementos culturais nacionais. Nação e educação eram, pois, os dois lemas dominantes do projeto. Construção de identidade nacional e instrução pública do povo, em geral, e dos artistas, em particular, pelo efeito que ulteriormente teriam na instrução popular.

A estratégia delineada ainda nos tempos da biblioteca foi intensificada. De novo em carta a Martins Sarmiento, datada de novembro de 1894, anuncia como novidade ter conseguido que «o Governo comprasse o espólio arqueológico de E. da Veiga. Fui ao Algarve em Janeiro buscá-lo, e já todo ele está debaixo da minha guarda no Museu Ethnographico». Tratava-se do restante acervo de materiais coligido por Estácio da Veiga nos seus trabalhos da «Carta Archeologica do Algarve» e que, nas palavras de Vasconcelos «juntamente com o que já havia do chamado Museu do Algarve, faz um belo Museu». Tirou partido da constituição do museu para nele incorporar algumas das coleções que já se encontravam à guarda do Estado (incluindo a da extinta Sociedade Archeologica Lusitana ou o legado Júdice) e para suscitar a compra de outras.

Na mesma missiva relata as suas deslocações no Algarve, região que o encantou e extensamente percorreu, de Milreu, Estoi, a Vila Real de Santo António, passando por *Balsa*, sem deixar de aproveitar para dar «um salto à Andaluzia, que fica defronte». Relata o copioso conjunto de antiguidades que obteve, mas não deixa também de sublinhar: «Colhi muita linguagem e muitas notas de etnografia moderna, curiosíssimas algumas.» Isto é, continuava a aproveitar as suas deslocações ao serviço do museu para acrescentar as suas notas etnográficas e linguísticas.

A existência da nova instituição proporcionou a Vasconcelos a possibilidade de incrementar ainda mais as suas ações de terreno, que passou a realizar com o auxílio do pessoal contratado para o efeito. Nas cartas a Martins Sarmiento multiplicam-se as notícias de viagens e trabalhos a locais muito diversificados, impressionando desde logo a extraordinária dispersão das suas iniciativas, num

tempo em que as facilidades de deslocação não eram as melhores. O relatório que o diretor do museu elaborou em 1914 intitulado «Estado actual do Museu Etnológico», onde claramente ressoam ainda os ressentimentos resultantes do inquérito parlamentar de 1911, dá conta das excursões e escavações empreendidas pela instituição, ainda que sem discriminar os «repetidos e produtivos passeios arqueológicos pelos arredores de Lisboa» (Vasconcelos, 1915, p. 335). Neste precioso documento podemos apreciar a dimensão das atividades, fruto natural dessa urgência de recolha de elementos, de há muito sentida, mas também da existência de um criterioso plano de ação. Percebe-se também como a possibilidade de contar com alguns auxiliares nessas pesquisas permitiu iniciativas ainda mais numerosas e arrojadas, designadamente várias escavações em sítios arqueológicos.

#### 4.2. O boletim do Museu Etnológico: *O Archeologo Português*

Se o Archeólogo congrega investigadores que nele  
consignam o impulso que dão á Arqueologia,  
também torna conhecido por longe o nosso país,  
e estabelece permutas com jornais congêneres lá  
de fora que nos põem em comunicação com o  
movimento científico universal.

Vasconcelos, 1915, p. 2.

O amplíssimo âmbito das atividades de Vasconcelos deu-lhe uma clara percepção do crescimento do interesse pelo estudo das antiguidades, criou a sua rede de correspondentes e entusiasmou-se com o crescimento do número de aficionados das coisas antigas, como se percebe, de novo, na correspondência com Sarmento. Em carta expedida em 1894 informa o seu amigo: «Em Faro fundou-se um museu arqueológico. § Em Alvaiázere há um investigador que escreve num jornal local artigos bem feitos. § Como vê, a arqueologia vai progredindo.» Esta percepção terá induzido o fundador do Museu Ethnographico à criação de um periódico de temática exclusivamente arqueológica, ligado à instituição. No prospecto de divulgação da iniciativa, o novo periódico chama-se *O Archeologo Português*, esclarece-se os seus propósitos e objetivo: «Para estabelecer relações litterarias entre os diversos indivíduos que, ou por interesse científico, ou por mera curiosidade, se occupam das nossas antigualhas, o melhor processo será pôr á disposição d'elles um jornal especial, onde tornem conhecidos do público, por meio de estampas e descrições, os objectos que



possuírem, e dêem informações sobre estações archeologicas e monumentos de que souberem.» No mesmo prospecto indica-se de um modo claro o que efetivamente se pretendia dos seus futuros colaboradores: *O Archeologo Português* «não aspira a inserir longas dissertações nas suas columnas [...] tenta porém principalmente recolher notícias avulsas, embora abundantes e exactas, das nossas antiguidades, de modo que, ao cabo de alguns annos, esteja nelle um repositório excellente de elementos para o conhecimento da nossa historia» (Vasconcelos, 1915, p. 88).

Leite de Vasconcelos criou assim uma publicação destinada a tratar de um modo específico os temas arqueológicos, retirando-os do âmbito da *Revista Lusitana* (outra fundação sua, que continuava a existir). Definia também o teor das colaborações pretendidas: pequenas notícias e não longas dissertações. Neste particular, revelava-se a atitude mental do fundador. Sabia e desagradava-lhe a propensão para as dissertações estereis da literatura do seu tempo, conhecia também a fragilidade conceptual e teórica de muitos desses amadores. Uma vez mais podemos rastrear essas preocupações na correspondência com Sarmento, onde assume algumas objeções críticas a outros investigadores, como Estácio da Veiga: «Ele devia limitar-se a descrever e classificar — porque a teoria é o diabo. Tudo por ora em absoluto é prematuro. As sínteses virão por sua ordem» (carta de 1889) ou Pereira Caldas, «será ele capaz de fazer coisa de geito [*sic*]? Tenho muito medo às suas divagações, estilo, etc.» (carta de 7 de dezembro de 1891). Não deixava mesmo de comentar criticamente os pontos de vista do próprio Sarmento, com uma franqueza e frontalidade que eram um verdadeiro traço de carácter. A sua perspetiva era, pois, a da aplicação do grande programa positivista às realidades arqueológicas: apresentar os dados, criticamente estabelecidos, procurando que a acumulação desta informação possibilitasse as tais sínteses, que a seu tempo não deixariam de surgir. Desconfiava profundamente dos ensaios prematuros, ou seja, desprovidos da necessária sólida base empírica.

Esta opção editorial acabaria, no fundo, por estar na base da polémica instalada com o grupo dos autores da revista *Portvgalia*, justamente os seus contemporâneos que mais se aproximavam, no programa de investigação, da sua própria proposta. Também eles, inspirados por Martins Sarmento, embarcaram numa aventura editorial que pretendia reunir os «materiaes para o estudo do povo português». Pode dizer-se que, conceptualmente, tudo separava as duas revistas, sendo a do Porto justamente um periódico que acolhia as «longas dissertações», que *O Archeologo Português* explicitamente não desejava. Do ponto de vista gráfico, o modesto boletim do museu contrastava vivamente com a exuberância do grande formato, com luxuosos extratextos e impressões a cor da revista nortenha (1899-1908). Não admira, pois, que um Santos Rocha



acabasse por dar à estampa os seus fundamentais textos sobre as antiguidades pré-romanas das vizinhanças da Figueira da Foz (Santa Olaia e Tavadrede) nas páginas da *Portugalia* e somente tenha tido colaboração discretíssima em *O Archeologo Português*, apesar dos insistentes apelos de Vasconcelos. A violenta (e injusta) recensão que da revista portuense fez o diretor do Museu Etnológico, nas páginas do seu boletim, espelha bem essa diametralmente oposta perspetiva, sendo também visível algum «ressentimento académico», passe a expressão (Vasconcelos, 1906).

Vasconcelos tinha igualmente uma perceção funcional da publicação de *O Archeologo Português*. Desejava que o seu boletim fosse expedido para outros centros de estudo e investigação, quer no país quer além-fronteiras, contribuindo para a boa imagem da instituição que o editava, mas não deixando também de solicitar as permutas que lhe permitiriam alimentar uma biblioteca atualizada com as mais recentes publicações nacionais e estrangeiras, como expressamente referiu. Órgão de difusão de notícias, mas também elemento angariador (por permuta) das indispensáveis publicações para uma constante atualização dos instrumentos de pesquisa.

#### 4.3. O método do archeólogo José Leite de Vasconcelos

Enfim, eu tencionava continuar as escavações e fazer como V. Ex.<sup>a</sup> me aconselha, uns cortes até ao chão natural, observando as camadas e os entulhos.

Proença J.<sup>or</sup>, F. Tavares — [carta], 16 de julho de 1903, Coimbra [a] J. Leite de Vasconcelos [manuscrito], 1903. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal.  
COR JLV 2776/19211A.

Enquanto arqueólogo, José Leite de Vasconcelos foi um absoluto autodidata, como aliás nos restantes domínios científicos em que trabalhou. Como se disse, partiu do presente para o passado, operando sempre numa ótica centrada na convicção da existência de uma íntima relação entre as tradições populares e a informação proveniente do registo arqueológico ou das notícias de autores greco-latinos. A este respeito, para além de outros exemplos já apontados, merece atenção a descrição que fez a Martins Sarmento das tradições existentes no Cabo de São Vicente, que visitou em 1894: «No Cabo de S. Vicente não há propriamente um monumento. Há um monte artificial de cascalho, — pedras

miúdas —, chamado muledre (i. e. moledo); diz o povo que aquelas pedras são soldados encantados de D. Sebastião, e que quem levar uma para casa e a puser à noite no travesseiro, verá de manhã aparecer-lhe um soldado, que logo desaparece. Aqui parece haver um eco longínquo da passagem estraboniana, que aliás está corrupta, e por isso se não percebe toda. § No cabo há muitas aparições: figuras a andar pela praia, luzes à noite. Ouve-se uma música longínqua, sumida... e depois as luzes começam a voltijar [*sic*]. Aqui é que temos sem dúvida a lenda contada por Estrabão.» Esta convicção de se poder ainda documentar etnograficamente realidades que remontavam a um longínquo passado pré-romano é recorrente na sua obra, embora se vá progressivamente esbatendo nos trabalhos finais.

Foi um viajante incansável em constantes deambulações por todo o País, procurando observar, registar e descrever, nunca abdicando da análise direta das realidades que estudava. O seu método de trabalho era extremamente abrangente, aproveitando cada viagem para colher os mais variados elementos para os seus estudos, desde manuscritos, a tradições, notícias, objetos etnográficos, artefactos arqueológicos, etc. O mais notável é que aliava esta predisposição de «homem de campo» a uma não menos constante atividade de leitura e a uma vastíssima erudição. Dificilmente se encontrará alguém que, de um modo tão completo, aliou o saber erudito ao conhecimento das paisagens, das gentes e dos seus «falares» e das tradições populares, diretamente colhidos na fonte. Neste particular, o seu dileto discípulo Orlando Ribeiro foi quem mais sistemática e brilhantemente prosseguiu o seu exemplo.

O autodidatismo leiteano, aliado a algumas «ingenuidades» conceptuais ou ainda o modo obsessivo como recolhia e trazia para o seu museu objetos avulsos, oferecidos ou comprados, poderia levar-nos a supor que seria um arqueólogo pouco cuidadoso e criterioso. Sublinhe-se que Manuel Heleno, seu discípulo e sucessor na direção do museu, deu um contributo a esta má imagem ao escrever que nos tempos do seu mestre as escavações se faziam «precipitadas, incompletas, olhando mais à tipologia, mais ao objecto que às circunstâncias que o rodeavam» o que resultava em «interpretação mais tipológica do que funcional, mais arqueológica que cultural» (Heleno, 1956).

No entanto, entre os papéis do espólio de Leite de Vasconcelos é possível encontrar numerosos apontamentos de índole estratigráfica, ainda que por vezes algo esquemáticos, tal como é frequente encontrar esboços de plantas de monumentos e sítios. Das intervenções realizadas em necrópoles, há esboços das sepulturas e uma cuidada identificação dos espólios encontrados em cada uma delas. Finalmente, podemos encontrar na sua correspondência endereçada a jovens arqueólogos advertências para que tomassem em consideração as relações estratigráficas no registo arqueológico, como é o caso das missivas

trocadas com Francisco Tavares Proença Júnior. Toda esta documentação acaba por nos revelar um arqueólogo atento, criterioso e rigoroso nos seus registos de campo. Teria por certo limitações e pecava por algum esquematismo nos registos estratigráficos e planimétricos, mas estava longe de ser o escavador apressado e pouco cuidado que a demolidora crítica de Heleno sugeria. O facto de nunca ter utilizado toda essa massa de apontamentos realizados tem mais a ver com os cânones de publicação da sua época, onde não era habitual dar à estampa esses desenhos de campo, do que propriamente com uma suposta inexistência de registos, por negligência. Mais do que os métodos de escavação em si, o que será discutível na estratégia de Vasconcelos é justamente o contrário do que Heleno invoca.

Na realidade, enquanto arqueólogo, o primeiro diretor do Museu Etnológico preocupava-se mais com a interpretação do que com a sistemática descrição das realidades encontradas, mais com os fenómenos culturais do que com as realidades materiais. Veja-se como o conjunto de sepulturas escavadas em necrópoles romanas, como a Rouca (Alandroal) ou Fraga (Marco de Canavezes), lhe mereceram somente brevíssimos comentários genéricos sobre os rituais fúnebres ou a estrutura das sepulturas e nem uma palavra sobre os artefactos ali encontrados, tendo ficado por publicar o detalhado registo dos espólios de cada sepultura que, no entanto, existia. Para usar expressões habituais nos arqueólogos processualistas, Vasconcelos nunca foi «artefactualista», nunca teve um discurso centrado nos artefactos em si ou dominado por detalhes tipológicos. A sua fixação na recolha de artefactos, mesmo quando se encontravam desprovidos de contexto, justificava-se somente porque sentia a necessidade de os salvar (e assim aumentar o acervo do seu museu) e porque entendia que era numa instituição pública que tais relíquias do passado deveriam ser guardadas.

#### 4.4. O discurso científico do archeólogo José Leite de Vasconcelos

[...] fui levado [...] a ocupar-me das cousas antigas,  
quando ellas servião, no circulo dos meus estudos,  
para aclarar os factos da actualidade.

Vasconcelos, 1897, p. xxvii.

Sem ousarmos ascender a séculos remotos, para  
não nos embaraçarmos numa rêde inextricável de  
hipóteses, aludamos apenas a tempos históricos.

Vasconcelos, 1943, p. 208.

Embora já constituído, o Museu Ethnographico Portuguez não dispunha ainda de instalações próprias, nem se encontrava aberto ao público, pelo que ainda não cumpria plenamente os objetivos que tinham levado à sua instituição. Em 1897 mudou o nome para Museu Ethnologico, alegadamente, para se não confundir com o Museu Ethnographico Colonial da Sociedade de Geographia de Lisboa.

Leite de Vasconcelos pretendeu abrir o museu ao público, em 1898, no âmbito das comemorações do centenário da viagem de Vasco da Gama (Vasconcelos, 1897). A ligação entre os dois acontecimentos era pertinente, se pensarmos no pendor nacionalista do programa leiteano. Não chegou a concretizar esse objetivo, mas foi nesse ano e enquadrado nas comemorações que se publicou o primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*, a sua grande obra arqueológica.

Os três volumes saíram ao longo de dezasseis anos, se atendermos somente às datas de publicação (uma vez que, ao que tudo indica, o primeiro teve uma gestação bastante mais longa), justamente os anos de maior intensidade da atividade arqueológica de Vasconcelos. Constituem, por isso mesmo, um bom indicador do percurso científico do autor. Um caminho marcado, primeiro, pela aproximação ao passado, entendida como modo de melhor entender as realidades etnográficas, depois, pela progressiva compreensão de como essa não seria propriamente a via ideal para alcançar o que pretendia. Um caminho que partiu da contestação frontal às teses de Alexandre Herculano, defendendo a remotíssima linhagem lusitana dos portugueses, para uma progressiva desvalorização desse passado remoto, para se centrar nas realidades históricas.

O primeiro volume de *Religiões da Lusitânia*, dedicado à época Pré-Histórica é, sem dúvida, o menos conseguido, nele têm especial relevo os cultos funerários e os amuletos, tal como se mencionava no plano esboçado em 1892. Os primeiros constituem um território privilegiado pela simples razão de não encontrar o autor outros campos onde possa indagar da religiosidade primitiva, os segundos foram sempre tema de eleição nos seus estudos etnográficos — a correspondência com Martins Sarmento está cheia de referências às observações e recolhas de amuletos, entre os quais os machados de pedra polida. Interessa-nos reter alguns aspetos relevantes neste primeiro volume. Em primeiro lugar, como mencionei, a explícita contestação às teses de Alexandre Herculano e a assunção de uma identidade entre *Lusitânia* e Portugal, logo, uma explícita reivindicação da continuidade entre os mais antigos povoadores do ocidente da Península Ibérica, tidos como primitivos portugueses, e os dos seus tempos (v. «Introdução geral à obra»). Assim sendo, o método de análise era claramente «etno-arqueológico», como hoje se diria, embora com contornos bem diferentes dos atuais: «a fim de justificar muitas atribuições religiosas que faço

aos povos prehistoricos, ou de explicar o uso de certos objectos d'então, recorri constantemente á ethnographia dos povos incultos da actualidade (utilizando quanto pude a bibliographia portuguesa), dos povos antigos, e das camadas populares das sociedades civilizadas» (Vasconcelos, 1897, p. xxxiv). O conceito de «análogo conveniente», no estudo das sociedades antigas, estende-se às camadas populares, consideradas como verdadeiros representantes de modos de vida arcaicos, uma espécie de «fósseis vivos». A pertinência da analogia relaciona-se também com a perspectiva de continuidade assumida entre os «avós de nossos avós» e nós próprios. Curiosamente, os dados antropológicos foram também escrutinados, ainda que reconhecendo todas as dificuldades que colocavam para a identificação de raças. Embora a formação médica de Vasconcelos o pudesse induzir a privilegiar este tipo de informação, muito em voga no seu tempo, tal não aconteceu. Pelo contrário, Vasconcelos pareceu sempre assumir uma grande renitência em valorizar essa via.

Alguma ingenuidade que perpassa pelas páginas do volume deve entender-se como o normal resultado de uma formação que ainda dava os seus primeiros passos. Os volumes subsequentes, publicados em 1905 e 1913, apresentam uma riqueza de perspectiva bem diferente. Resultará essa diferença, por um lado, do natural amadurecimento do autor, mas sobretudo do salto qualitativo que representou a sua saída de Portugal, para uma longa digressão por diferentes países da Europa, tendo estudado em Paris, em 1899 e de novo em 1901, enquanto preparava a sua dissertação de doutoramento em Filologia Românica.

Os segundo e terceiro volumes de *Religiões da Lusitânia* refletem já de um modo mais claro o amadurecimento de Vasconcelos. Nestes, seguindo o plano esboçado no longínquo ano de 1892, trata da *Protohistoria* e dos *Tempos Históricos, Época Lusitano-Romana*, com uma solidez e profundidade bem distintas do primeiro tomo. Para além do mais, acabou por introduzir neles uma outra obra autónoma que anunciara no primeiro volume, uma *Historia da Lusitânia* que acabou por incorporar em *Religiões*, deste modo ampliando substancialmente o primitivo objetivo. Mas o aspeto mais notável destes dois volumes é o seu *Appendice*, dedicado aos vestígios do paganismo observados no registo etnográfico, também claramente enunciado no primeiro plano da obra, transmitido a Martins Sarmiento. Sublinhe-se, notável não pela qualidade, mas justamente pelo inverso, pela extrema pobreza e fragilidade. Atendendo a que explicitamente se acercou do passado para melhor compreender o presente, seria expectável que este *Appendice* constituísse um importante corolário da obra e creio que essa seria a ideia inicial. Contudo, assim não acontece. Trata-se de sete páginas de texto, com enumerações e enunciados vagos, e mais oito com figuras de objetos etnográficos. Na exposição, embora Leite de Vasconcelos

reafirme que muito existe nas tradições populares remontando ao paganismo, é manifesta a dificuldade em estabelecer as pontes. O rigor descritivo e analítico habitual dá lugar a meros apontamentos hipotéticos e dubitativos, que se poderão considerar mais como declarações de impotência, de alguém que sempre procurava apurar a «verdade, no serviço da ciência — De taes vestígios, há uns cuja historia podemos mais ou menos seguir, de modo geral, desde eras remotas até hoje; há outros que não podemos relacionar directamente com documentos antigos que conheçamos na Lusitânia, mas que, pelo seu carácter, e pela sua estranheza em meio de crenças catholicas, manifestam que provêm de estirpe não christã, com quanto seja difícil, e ás vezes impossível, destrinçar quaes os que tem filiação lusitana, quaes os que a tem romana, quaes os que a tem germânica, ou outra» (Vasconcelos, 1913, p. 593-594).

Em suma, aquilo que se esboçara em 1892 como natural conclusão de uma obra que mergulhava no estudo das antigas religiões do ocidente peninsular, bem entendido, tomadas na sua dimensão sociológica, para melhor enquadrar as «tradições populares» acaba por ser como que um reconhecimento da impossibilidade em dar tal passo.

Como primeira obra de grande fôlego, *Religiões* constitui um bom exemplo que se pode comparar com os últimos escritos de Vasconcelos. Na *Etnografia Portuguesa* a identidade entre Lusitânia e Portugal surge fortemente esbatida, a consideração das relações entre dados de antropologia física e os portugueses acabam por ser uma vez mais genericamente afastadas, pela dificuldade que suscita a sua análise. É certo que o autor continua a dizer que talvez o estudo sistemático e aprofundado de todos os dados ainda inéditos possibilite algum esclarecimento, mas soa mais a hipótese que de todo se não encerra, por princípio, do que a real convicção de que tal se pudesse alcançar. Na busca das origens do povo português, as realidades históricas surgem muito mais valorizadas do que os dados da mais remota antiguidade. Estes vivos contrastes constituem o mais expressivo exemplo da trajetória do pensamento leiteano e, sobretudo, da sua profunda honestidade intelectual, que o leva a abandonar alguns dos grandes pilares das convicções iniciais, porque os progressos das suas investigações o fizeram compreender que se tratava de propostas dificilmente sustentáveis e demonstráveis. Sem nunca realizar um efetivo «acto de contrição», na reorientação das suas análises, sente-se que não acreditava já na continuidade linear entre lusitanos e portugueses, nem na longínqua e remota prefiguração da Nação. Curiosamente, na geração seguinte, quer Mendes Corrêa quer Manuel Heleno, o seu discípulo e sucessor na direção do museu, cada um a seu modo e com distintos argumentos, continuaram a trilhar o caminho que o velho mestre reconheceu já como demasiado tortuoso e de incerto destino.



### Palavras finais

Pelo que ficou exposto, creio que poderemos concluir com um aparente paradoxo: o de que a Arqueologia foi um equívoco no percurso científico de Leite de Vasconcelos. Equívoco na medida em que representou um percurso falhado, como que um «beco sem saída» no seu projeto de estudo do povo português, que o próprio terá percebido, em fase adiantada da sua vida. Providencial equívoco, diria, pelo que possibilitou.

O aldeão que abjurou do catolicismo para abraçar a ciência, com o fervor de neófito convertido a uma nova religião, que encarou com verdadeiro espírito de missão, dotando-se de um método sólido e lançando-se num percurso intelectual de constante aperfeiçoamento, produziu uma obra imensa. Buscou formação e informação em todos os lugares que se encontravam ao seu alcance. Traçou um caminho e seguiu-o, sempre com espírito crítico, legando-nos uma obra ímpar.

No seu afã de preservar para a posteridade um mundo que sentia em extinção e de que faziam parte, como a dado passo supôs, os remotos vestígios da presença humana no território nacional, tornou-se arqueólogo, em paralelo com a sua atividade de linguista e etnógrafo. Criou um museu, que alimentou criteriosa e generosamente, uma revista em que se empenhou com igual desvelo e uma obra que conserva todos os vícios e virtudes das grandes produções positivistas: limitada e desequilibrada, no domínio analítico e interpretativo, incontornável, pela riqueza de informação e pelo rigor no estabelecimento das fontes. Também aqui trabalhou incansavelmente, com o zelo e competência que colocava em tudo o que fazia.

Viveu o chamado «século dos intelectuais», atravessando diferentes regimes políticos, desde a Monarquia Constitucional, passando pela República, pela Ditadura Militar e o Estado Novo, sem nunca tomar partido, ao contrário do que fizeram muitos dos seus companheiros de jornada e dos seus discípulos. Por isso, nunca foi popular, nem junto do poder, nem junto das diversas oposições.

Foi centralista, na convicção da necessidade de valorizar a unidade nacional, trazendo para o seu museu, em Lisboa, tudo quanto pôde, desconfiando da capacidade e competência dos agentes locais. Também por isso não é popular, nestes tempos de regionalismos e descentralização. Contudo, um outro paradoxo desta imensa figura será o de ter conhecido, a partir de Lisboa, todo o País e cada região, com as suas peculiaridades, melhor do que ninguém. Ou seja, um centralista que produziu obra incontornável para qualquer estudo de índole local ou regional.

Foi, sem dúvida, o maior cientista social que até hoje Portugal teve e, por isso mesmo, é e será figura incontornável de toda a investigação que se ocupe de realidades portuguesas, muito para lá da sua acidental dimensão de archeólogo.



BIBLIOGRAFIA<sup>1</sup>

As melhores fontes para o conhecimento das perspetivas de José Leite de Vasconcelos são os seus próprios escritos. De entre eles destacaria, pelo uso que delas fez:

Para o nascimento do arqueólogo:

*CARTAS de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento: Arqueologia e Etnografia (1879-1899)*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmiento, 1958.

Sobre o seu pensamento e obra:

VASCONCELOS (1897, 1905, 1913); VASCONCELOS (1933b, 1936, 1941); VASCONCELOS (1906); VASCONCELOS (1915); VASCONCELOS (1933a); VASCONCELOS (1943).

Quem quiser conhecer a totalidade da sua vastíssima obra e vários apontamentos sobre a personalidade de José Leite de Vasconcelos, deve consultar:

*JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS: Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1960.

Especialmente o levantamento de:

CEPEDA, I. V. (1960) — «Bibliografia de José Leite de Vasconcelos». In *José Leite de Vasconcelos: Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 139-265.

## Outras referências do texto:

FABIÃO, C. (2008) — «José Leite de Vasconcelos (1858-1941): Um *archeólogo* português». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. IV, 26, p. 97-126.

HELENO, M. (1956) — «Um quarto de século de investigação arqueológica». *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 2: 3, p. 221-237.

LEAL, J. (2000) — *Etnografias Portuguesas (1870-1970) Cultura Popular e Identidade Nacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

MELO, D. (2001) — *Salazarismo e Cultura (1933-1958)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Ó, J. R. do (1979) — *Os Anos de Ferro. O Dispositivo Cultural durante a «Política do Espírito» 1933-1949*. Lisboa: Editorial Estampa.

QUENTAL, A. de; SOROMENHO, A.; QUEIROZ, E. de; COELHO, A. (2005) — *Os Conferencistas do Casino*. Lisboa: Fronteira do Caos Editores. 1.<sup>a</sup> ed. 1871.

VEIGA, S. P. M. E. da (1886) — *Paleoethnologia. Antiguidades Monumentaes do Algarve. Tempos Prehistoricos*. Lisboa: Imprensa Nacional. vol. 1.

WINOCK, M. (1997) — *Le siècle des intellectuels*. Paris: Seuil.

<sup>1</sup> A bibliografia geral das obras de José Leite de Vasconcelos referida pelos autores encontra-se no final do volume.